

O livro e a leitura pública no contexto de um país em vias do desenvolvimento: o caso da Guiné-Bissau

Iaguba Djalo

Documentalista do CID- Centro de Informação e Documentação

Sistema das Nações Unidas, Bissau, Guiné-Bissau, 1011

Tele: (245) 320 10 98

Tem: (245)689 64 70

E-mail: iaguba.djalo@undp.org ; Idjalo2@yahoo.fr

Resumo

Embora se trate de uma abordagem de cariz mais alargado sobre o espaço reservado ao livro e à leitura pública no contexto do desenvolvimento (social, cultural, humano, económico e político), esta comunicação tenta analisar o contexto educativo e social da Guiné-Bissau à luz da política cultural em matéria do livro e da leitura. Em relação a políticas públicas nacionais do livro e da leitura, procura-se descrever os seus antecedentes históricos, analisar a situação actual e apontar factores que estão na origem do baixo índice da leitura e da elevada iliteracia da população guineense. Pretende-se de igual modo,

abordar, ainda que de maneira não sucinta, a trajetória da leitura pública no decorrer da história da Guiné-Bissau. É uma comunicação que traz uma visão geral sobre a importância do livro e da leitura pública nacional e sua implicação no processo democrático e do desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Políticas públicas para o livro, leitura pública, analfabetismo, problemática da leitura na Guiné-Bissau, Democracia e desenvolvimento, integração, globalização

INTRODUÇÃO

Na Guiné-Bissau, as políticas públicas voltadas ao livro e o incentivo à leitura são relegadas na última ordem de prioridade. A leitura, que é um exercício mental, social e afectivo importante, se integra dificilmente no quotidiano da população.

Mais de 90¹ por cento vive à margem do livro da qual a grande maioria, cerca de 70 %, vivendo em zonas rurais de difícil acesso, com as consequências daí decorrentes, em termos de acesso à informação e a modernidade à todos os níveis para se adaptar à tendências de desenvolvimento.

A herança colonial, pouco gloriosa em termo de política cultural em matéria do livro e da leitura, teve os seus reflexos negativos na concretização de uma política cultural virada à promoção e criação de instituições – rede de bibliotecas de leitura pública² na Guiné-Bissau cuja missão seria promover hábitos pela leitura e tornar o livro mais acessível a todos. Esta é, entre outras, as possíveis causas de fracasso do desenvolvimento de hábito da leitura e de promoção do livro na Guiné-Bissau.

Num país onde a taxa de analfabetismo é tão elevada estando a afectar mais de 60 % da população, a expressão biblioteca pode antes de mais, significar, “o depósito de papéis velhos “ sem utilidade prática. O mais preocupante é o facto de continuar a existir uma fraca consciência sobre o papel do livro e da leitura no processo do desenvolvimento, isso mesmo a nível dos responsáveis políticos.

As políticas culturais e educacionais que deviam por um lado reflectir a vontade de diferentes actores da sociedade e que por outro, permitiriam garantir a

¹ *Estimativa feita com base na possibilidade de acesso a uma biblioteca, livraria ou serviço de informação*

² *Instituições através das quais se procura desenvolver uma rede integrada, enquanto recursos educativos, informativos diversificados e de lazer actualizados, proporcionando o acesso universal a todos*

resolução de demais problemas crónicos, têm sido afastadas do debate nacional, o que torna difícil o exercício duma cidadania. As infra-estruturas escolares continuam precárias e insuficientes e o uso do livro não é visto como elemento de relevância mesmo dentro das instituições escolares existentes. Prova disso, muita das vezes os alunos passam anos lectivos consecutivos sem manuais, com a alegação de falta de meios.

No domínio educativo, há análises que mostram a inversão dos termos; ao invés de promover a leitura, criar hábitos pela leitura e estimular a capacidade pedagógica do professor e de aprendizagem do aluno age-se em sentido contrário ao que seria esperado – ignora-se a dimensão da leitura obrigando o professor a “patinar” no mesmo lugar, desvirtuando assim as reais funções da docência.

Na vertente cultural, a situação é particularmente preocupante, o sector carece praticamente de tudo. A política do livro e da Leitura, a política editorial e a produção legislativa, não são vistos como eixos estratégicos do desenvolvimento social, cultural e humano.

A HISTORIA DO LIVRO E DA ESCRITA NUMA CIVILIZAÇÃO DE ORALIDADE: QUE DESAFIO?

Período Pré-colonial

A historia do livro em geral e a da biblioteca em particular é relativamente recente na Guiné-Bissau. A sua existência pode ser descrita como consequência da implantação progressiva, pelo império colonial, de serviços administrativos, judiciais, militares e educativos. Não nos é pois, possível encontrar nenhum registo sobre instituições escolares e documentais, (Bibliotecas), antes da dominação colonial.

Mas, sabe-se que, segundo alguns estudos³, a aquisição, conservação e o uso de conhecimento para fins de estudos, e pesquisas tem constituído sempre uma pratica muito antiga no meio intelectual religioso das sociedades islamizadas dos territórios Oeste africanos.

Vivia-se grandes dificuldades em conseguir reunir fontes fidedignas de informação, livros e brochuras

³ Sène Henri. Les Bibliothèques en Afrique Occidentale Française: 1800-1959 : In ; Libri, vol 42 nº 4 p.306-329)

sobre a Guiné. Pode dizer-se que não havia tirando um ou outro relatório, o primeiro periódico «Boletim Oficial da Guiné» (1880), foi dos raros se não o único documentos que atravessou o período pré-colonial e todo o período colonial que, apesar de alguns pequenos intervalos, foi publicado até 1974. Em 1839 Ferdinand Denis dava notícia de ter descoberto em 1837⁴, na Biblioteca Real de Paris um manuscrito da «Crónica da Guiné» de ZURARA⁵.

Nessa altura, a educação praticada pela comunidade muçulmana através das escolas corânicas envolve cerca de 40 %⁶ da população. Alguns faziam as suas comunicações por escrito (correspondências) em línguas locais utilizando o alfabeto Árabe. Os anciões⁷ e sábios, eram fontes legítimas de conhecimento histórico⁸ e garantes da preservação do património cultural das suas respectivas comunidades.

No entanto, vários povos dessa época deixaram testemunhos ainda mais antigos das suas civilizações⁹. Nessa época, o documento não tinha cuidados que uma nação devota à preservação do património documental do seu passado como manifestação da sua identidade.

Período colonial

⁴ MOTA, A. Teixeira da. A descoberta da Guiné / A. Teixeira da Mota., in: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, 1946. – p.15

⁵ **Gomes Eanes de Zurara** (1410-1474), também grafado como **Gomes Eanes de Azurara**, foi Guarda- Conservador da Livraria Real, cerca do ano de 1451. Foi, depois de Fernão Lopes, em 1454, Guarda-Mor da Torre do Tombo

⁶ CABRAL, Jorje. “ O desafio da afirmacao do Portugues como lingual de comunicacao Internacional. in: Soronda: revista de estudos guineenses, nº 15(jan. 93). _ p.3-35

⁷ *Em estruturas sociais tradicionais, como família extensas e aldeias, os anciãos assumem papeis de conselheiros e transmissores da cultura local além de poderem assumir funções judiciais e rituais.*

⁸ *Sabe-se no entanto que numerosos muçulmanos marabus letrados em língua árabe tinham em sua posse alguns patrimónios documentais “bibliotecas pessoas”*

⁹ *A literature oral exprimida através de eventos reais ou fictícios em palavras, imagens e sons*

Na Guiné-Bissau, o livro e a escrita estão intimamente ligados a história colonial. Só a partir da primeira metade do século XX, período que marcou o início da colonização efectiva do território da então província da Guiné que a língua portuguesa enquanto suporte veicular de documentos escritos nessa língua, começou progressivamente a ser utilizado. A partir desse período iniciou a emergência de coleções de livros, brochuras, periódicos e documentos de carácter administrativos.

Assim, convém que se diga que a história do livro na Guiné colonial iniciou com aparecimento de primeiras Obras: Landerset Simões publicava «*Babel Negra*» (1935), para vulgarização da etnografia, arte e cultura das comunidades da Guiné; Fernanda de Castro e Fausto Duarte procuravam na vida da colónia os temas de romances com grande aceitação pública em 1938, o João Barreto dava início a «*História da Guiné*» e sobretudo Carvalho Viegas fixava, em 1936 e 1940, nos três volumes da «Guiné-Portuguesa»¹⁰

Entre os periódicos, podia-se destacar, o «Boletim cultural da Guiné» (1946.), seguido dos primeiros jornais, «Ecos da Guiné» (1920), «A Voz da Guiné» (1922), «Pró-Guiné» (1924), «O Comércio da Guiné» (1931) e «Bolamense», que surgiu em 1956 que sem dúvida, o jornal guineense de maior impacto cultural e literário.

Entre a altura que se publicou os três primeiros jornais na Guiné e o aparecimento do «Comércio da Guiné», não se registou qualquer publicação, quer de índole jornalística, quer de índole literária.

Segundo **Leopoldo Amado** (1990, 160-178), «O Comércio da Guiné» representa não só os interesses comerciais da colónia como também atribui uma grande importância aos aspectos culturais em geral e aos literários em particular.

É nesse âmbito que poucos depois à metrópole interessava a enviar para a Guiné as primeiras missões científicas, iniciam os seus trabalhos as missões Geo-hidrográfica, zoológicas, seguidas de missões antropológicas, etnológicas, geográficas, geológicas, física e humana.

¹⁰ MOTA, A. Teixeira da. O Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa / A. Teixeira da Mota., in: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, n.º 32 (1946) . – p. 309-649

Assim, começaram a surgir algumas colecções, criando condições favoráveis para a eclosão dum movimento cultural local. Em 1945, Sarmiento Rodrigues tomou posse como governador da Guiné e funda o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

Desde a fundação do Boletim cultural e do nascimento do «Centro de Estudos» que se projectou a criação de um Museu da Guiné. O decreto nº36.639, de 29 de Novembro de 1947, criou finalmente o «*Museu da Guiné Portuguesa*».

Uma vez criado o Museu, as publicações recebidas no «*Centro de Estudos*» por oferta, compra e permuta serão catalogadas e guardadas na secção de Estatística, a fim de na primeira oportunidade transitarem para o Museu e constituindo o núcleo inicial da biblioteca.

A organização do Museu bem como da biblioteca e arquivo e o seu funcionamento serão orientados pelo

Nessa altura, não existiu qualquer biblioteca pública, pelo que se pensa que a biblioteca do «Centro de Estudos», além da sua função essencial de reunir livros de investigação, venha também, a servir de um espaço de leitura Pública.

As colecções dessa biblioteca visavam satisfazer basicamente as necessidades pessoais e profissionais dos investigadores e agentes europeus da administração colonial de um lado, e uma elite africana, que tinha as possibilidades materiais e estatuto de aceder a educação formal ou cultura e a civilização europeia, do outro, para o exercício das suas funções.

A literatura era matéria de maior interesse nas práticas à leitura seguida de periódicos e Jornais conforme ilustra o quadro a seguir, o movimento da biblioteca (1º trimestre de 1973).

Obras gerais	Ciências matemáticas	Ciências Físico-químicas	Geologia, Mineralogia e Paleontologia	Biologia e Nutrição	Antropologia	Botânica	Zoologia	Ciências Médicas	Climatologia	Religião	Filosofia	Ciências Sociais	Filologia, Linguística	Ciências Aplicadas, Tecnologia belas	Belas Artes	Desportos, divertimentos, jogos	Geografia	Historia	Biografia	Literatura	Periódicos -Jornais, etc.	Total Parciais
Empréstimo Domiciliário																						
1	—	2	—	—	—	2	—	—	—	2	6	3	—	2	2	1	—	1	1	20	275	509
2	—	2	—	—	—	—	—	2	1	1	—	3	—	3	3	—	—	6	—	23	272	537
1	1	1	1	—	—	—	—	1	—	—	1	2	—	1	1	—	—	3	—	26	267	549
4	1	5	1	—	—	2	—	3	1	3	7	8	—	6	6	1	—	3	0	70	814	1595
Leitura na sala																						
3	2	1	—	2	1	1	—	1	2	1	—	2	1	1	3	2	—	6	—	66	744	839
6	1	2	1	2	1	2	1	3	—	4	2	1	2	6	3	7	2	5	—	62	682	795
9	4	3	2	—	1	1	2	—	1	3	2	2	1	4	1	1	1	4	—	81	911	1035
18	7	6	3	4	3	4	3	4	3	8	4	5	4	11	6	10	3	5	—	20	2337	2669

«Centro de Estudos», instituído na legislação colonial. É importante sublinhar que, funcionam como anexo do Museu uma Biblioteca e o Arquivo Histórico. O Museu é encarado sobretudo como um depósito e arquivo de materiais de estudos a serem utilizados pelos investigadores.

Pelo que aos guineenses a política colonial nunca permitiu o acesso em massa à cultura e à instrução, tal fenómeno explica em medida considerável as razões por que na Guiné colonial nunca existiu um movimento literário ou cultural que pudesse de algum

modo constituir o embrião da literatura nacional e fomentar práticas à leitura, à semelhança de outros países da ex-colónias portuguesa.

Segundo **FURTADO Alexandre**, (1986, 125-142) a relativa proliferação de escolas e tentativa de pseudo-generalização do ensino, de uma africanização dos quadros, surgiu no momento em que a luta pela libertação nacional atravessava uma etapa decisiva, atingia o seu auge. No período de 1969/1973 o número de escolas elevou-se de 88 a 179 e o número de alunos de 17969 para 45961.

O aparecimento de um único liceu apenas em 1958, portanto dezasseis anos antes da independência política, frequentado por uma minoria de alunos e situado na capital Bissau, não podia contribuir para solução dos graves problemas do ensino. A criação de um sistema educativo, caracterizado por uma preocupação da maior consolidação do império colonial, tornou-se possível institucionalizar o ensino tanto primário como secundário e adapta-lo as realidades política daquela época (**FURTADO, 1986**).

Durante os 11 anos de luta armada, nota-se que o número de escolas e de quadros formados foi incomparavelmente superior aos formados pela administração colonial durante séculos de dominação. Apenas para ilustrar que de 1471 a 1961 a administração colonial formou apenas 14 quadros guineenses a nível universitário e 11 a nível médio¹¹.

De acordo com **L. Ocuní Ça (2000)**, a introdução do sistema de ensino formalizado pela administração colonial, as escolas que funcionavam na Guiné, segundo o modelo europeu eram instituições fechadas a si mesmo, ou seja longe da vida comunitária das populações locais. A taxa de analfabetismo situava-se até 1958 na ordem de 98.85 % num horizonte de 510.77 habitantes da população total.

Como se pode compreender, e segundo analisa **Jorge Cabral (1993)**, a educação comunitária, ministrada fundamentalmente pela família e pelo conjunto das comunidades, é considerada a mais alargada, abrangendo mais de 55% da população.

Período Pós Independência

¹¹ FURTADO, Alexandre, Projecto de investigação sobre a história do ensino na Guiné/Alexandre Furtado, in: Soronda: Revista de Estudos guineenses, n 01.- (jan/1986), P.125-142

Depois da independência assumiu-se o português como a língua oficial, da cultura, do ensino, da ciência e dos documentos oficiais. Importa sublinhar que a Guiné-Bissau é um país de língua Portuguesa, onde apenas pouco mais de 10 % (**GUTERES, Antonino, et al. 1996,13-47**) da população domina a língua Portuguesa, concentrando-se sobretudo nos centros urbanos, o que limita extremamente a eficácia do sistema educativo, baseado neste idioma sendo o Crioulo, a língua nacional por consequência mais vulgarizada.

Sendo a esmagadora maioria da população analfabeta, uma grande parte dos guineenses continua ao lado do crioulo, a falar a língua do seu grupo étnico, enquadrado pelos respectivos valores socioculturais.

Esta diversidade linguística, é reflexo da pluralidade étnica e cultural, com implicações evidentes no âmbito da relação escola/família/tabanca/comunidade. Perante esta situação, o sistema de ensino enfrenta série de dificuldades, dispondo de poucos meios para assimilar essa diversidade.

Depois da proclamação da Independência, os novos dirigentes iniciaram um processo de reconstituição da memória e da identidade nacional procurando criar núcleos de guarda e sistematização documental que engloba documentos impressos e manuscritos deixados pela administração do governo colonial, dispersos, alguns em avançado estado de degradação.

É sobretudo nesse contexto, que foram criados a Biblioteca pública e Arquivos Históricos¹² sob a dependência do INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, esse último criado para promover a investigação científica sobretudo nas áreas das ciências sociais e naturais, depois da extinção do INIC - Instituto Nacional de Investigação Científica, que por sua vez herdou o «*Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa*».

É uma instituição que concentra praticamente toda a pesquisa científica feita na Guiné-Bissau. Ao longo dos seus 25 anos de existência, o Instituto publicou mais de 300 títulos sobre os mais variados aspectos da vida guineense veiculando a pesquisa científica realizada por seus investigadores permanentes e

¹² Seria injusto não referir aqui o papel pioneiro e ainda hoje tão importante desempenhado por estas duas instituições na preservação da memória e identidade nacional.

associados e por colaboradores ocasionais residentes na Guiné e no exterior.

São numerosas monografias e colectâneas que cobrem temas tão variados como, história e etnologia das sociedades tradicionais da Guiné-Bissau, análise de políticas públicas, desenvolvimento, sociologia política e meio ambiente.

Enquanto os arquivos periorizavam o resgate da história Nacional, a recolha de tradições orais recorrendo a fontes orais primárias e secundárias, através de gravações de depoimentos e entrevistas em fitas e cassetes de áudio, a biblioteca se concentrava na recuperação de documentos impressos considerados de interesse para a cultura nacional utilizando mecanismos legais como a criação do instituto de depósito legal em 1988¹³ por decreto governamental, que determina a obrigatoriedade de entrega a Biblioteca de dois ou mais exemplares de todas as obras de interesse nacional publicadas no país e no estrangeiro.

Algumas publicações deram entrada nessa biblioteca através dos mecanismos de oferta, compra e permuta com instituições similares estrangeiras.

É bom sublinhar que, apesar de todos os esforços consentidos ao longo de várias décadas, com o tempo, devido a falta de condições objectivas¹⁴, a lei de Depósito Legal, não teve uma aplicação prática. Em consequência, milhares de documentos produzidos dentro das fronteiras guineense durante todos os anos pós independência, continuaram a escapar ao controle da Biblioteca.

A PROMOÇÃO DA LEITURA PÚBLICA NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DA GUINÉ-BISSAU: UM PANORAMA CONTRADITÓRIO E DESIGUAL

“A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o

*desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. [...] Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos na base da igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões Comerciais”.*¹⁵

A Guiné-Bissau comemorará este ano os seus 37 anos de independência. O índice nacional de leitura estima-se estar em menos de 1 livro lido por pessoa alfabetizada/ano e, mais de 60 %¹⁶ da população é tida como analfabeto e a grande maioria dos alfabetizados, tornaram-se ao longo das décadas, no que se designa de “analfabetos funcionais”, isso porque têm pouca familiaridade com o mundo da leitura diversificada e da escrita, sendo inseridos nos ambientes de perfeita exclusão em relação a leitura e a escrita.

O Analfabetismo funcional constitui um problema silencioso e perverso que afecta a grande parte da população. Não se trata neste caso de pessoas que nunca foram à escola, mas sim, pessoas que possuem, por exemplo, 11º ano de escolaridade, algumas com formação universitária exercendo funções -chave em empresas e instituições, tanto privadas quanto públicas não são capazes de socialmente exercer as competências da leitura e da escrita que o contexto actual exige. Isso significa que, além da preocupação com a elevada taxa de analfabetismo, emerge a outra preocupação que tem a ver com o nível de alfabetismo da população letrada tendo em vista, principalmente, as exigências de competitividade no mercado globalizado.

Impõe-se assim que este estado de coisa assume um novo rumo, que a biblioteca pública e escolar como serviços de utilidade pública, o Estado, tal como a saúde e a educação garanta o seu acesso gratuito aos seus concidadãos. A leitura só terá resultados duradouros no quadro de esforço para o desenvolvimento quando se transformar num hábito que se reproduza naturalmente.

Em termos gerais, pode-se afirmar que o guineense lê muito pouco e mal, as razões são várias, barreiras tais como: fraca capacidade de oferta seja (falta de infra-

¹³ Decreto n 28/87 do Boletim oficial n 30 (5 de Setembro (1988)

¹⁴ *Começando desde a inadequação da Lei de depósito Legal, a falta de meios materiais e financeiros, vontades políticas, até a insuficiência de competências humanas necessárias.*

¹⁵ UNESCO, *Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas*, 1994

¹⁶ PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano*, 2009; p.173

estruturas; escassez ou ausência do livro; inexistência de redes de bibliotecas públicas e livrarias), a tradição cultural; falta de tempo para exercitar a leitura, a pobreza, o acesso a uma educação formal que não oferece possibilidade de frequentar uma biblioteca com acervo que atenda as suas necessidades informacionais, a falta de estímulo ao hábito (leia-se prática) de ler e a falta de políticas para área cultural e educacional.

A Guiné-Bissau não dispõe presentemente de qualquer cinema ou teatro a funcionar. Há pequenos espaços expositivos, poucas bibliotecas propriedades de entidades locais. O país não dispõe de qualquer livraria digna desse nome. Existe uma editora e jornais que atravessam momentos difíceis. A televisão e as rádios constituem os principais meios de informação.

É tendo em conta estas carências como pano de fundo que a actividade dos centros culturais estrangeiros ganha projecção. O centro cultural francês, o único a par do português, com actividades regular. O centro cultural Brasileiro desenvolve igualmente algumas actividades recreativas.

Não obstante a iniciativa do INDE- Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação de criar 13 pequenas bibliotecas escolares: 3 nas Direcções Regionais da educação de Farim, Gabu e Catio e uma em cada um dos 10 sectores escolhidos das regiões, contando com o apoio da ONG Portuguesa CIDAC, e ASDI- agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, a maior parte das escolas do interior continuam privadas de bibliotecas.

CONCLUSÕES

Existe Pois um longo caminho que será preciso percorrer, no sentido de iniciar uma alteração do sistema educativo e cultural dos guineenses com vista a sua verdadeira participação no processo de emancipação social. Garantindo assim a cada cidadão o seu direito inalienável à leitura – como meio de transmissão de conhecimento, de desenvolvimento pessoal e profissional e, portanto, de cidadania.

Destaca-se deste modo, o desafio que a necessidade de mudança de atitudes e de comportamento implica no processo de integração sob um olhar preocupado com os efeitos da globalização.

Articulam-se com estes desafios os progressos científicos e tecnológicos e artísticos que tiveram como suporte o livro, sendo factor fundamental de promoção da ciência e da técnica, da invenção e do talento.

Torna-se fundamental fazer com que o hábito da leitura seja um mecanismo de combate a pobreza e meio para enfrentar o drama da fome, da pobreza, da ignorância, da delinquência e da violência na Guiné-Bissau, que se faça da leitura um instrumento para que cada indivíduo empreenda a conquista da cidadania.

Tornar a questão do livro e da leitura pública uma prioridade, significa também aprofundar o vínculo das acções da educação e da cultura e, sobretudo, dotar o Ministério da Educação, Ciência e Cultura, de uma estrutura administrativa (Direcção do livro e da Leitura Pública) com dotação orçamental capaz de atender as grandes demandas existentes.

Pois, é de estranhar que desde os primórdios da independência até a presente data, nenhum dos governos tenha dado a devida consideração a este sector tão indispensável. Porém começar a saldar essa dívida social para com o cidadão tão pesada com o livro e a leitura, implica uma vontade política e o envolvimento não só do Estado mas também dos parceiros de desenvolvimento, da comunidade Internacional e da sociedade civil organizada.

Nesse sentido torna-se fundamental dotar todas as regiões do interior do país no mínimo uma biblioteca pública equipada para atender o cidadão dentro de padrões mínimos internacionais; com bons e diversificados acervos de livros e outros materiais; pessoal qualificado e estimulado para a sua animação.

O desenvolvimento socioeconómico não se resume a simples crescimento económico, importação de bens materiais para o consumo, mas também aptidão da população em utilizar os instrumentos da nova tecnologia, na qual a biblioteca assume função social capaz de garantir a participação popular no projecto de desenvolvimento a traves de formação de indivíduos conscientes aptos a exercer a sua cidadania.

Impões-te desenvolver acções a favor do livro criando estruturas de bibliotecas públicas em todas as zonas de capitais regionais do país dotando-as de meios materiais e humanos necessários. Nesse âmbito, importa dispensar competências necessárias para lançar balizas de uma política cultural viável. E evidente que os profissionais da área não atingirão

progressos na sua integração plena a sociedade de informação sem apoio firme do governo. É certo que o país não atingira progressos desejados sem que consta na consciência dos governantes sobre a importância que este sector constitui no processo de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIAS

AMADO, L. —A Literatura Colonial Guineense. Revista ICALP, vol. 20 e 21, Julho - Outubro de 1990, 160-178.

CABRAL, Jorge. O desafio da afirmação do português como língua Internacional/Jorge Cabral, in: Soronda: revista de estudos guineenses, n15(jan. 93). _ p.3-35

CARDOSO, Carlos et al.. A reconstrução da história contemporânea da Guiné-Bissau através da oralidade : Abordagem, dificuldades e perspectivas/Cardos Cardoso; In: Soronda : Revista de Estudos Guineenses, nº1 (ja.86). _ p. 39-54

DJALO, Iaguba. As bibliotecas e prioridades culturais na Guiné-Bissau. _ In: BANOBERO. Ano nº 79. (1999). P. 7

DJALO, Iaguba. O conflito político militar na Guiné-Bissau e os desafios da reconstrução e recuperação da memória e da identidade nacional/Iaguba Djalo; in: Soronda: revista de Estudos guineenses, nova serie nº 8 (Jul. 2004). _ p.97-107

FIRMINO, Célia. A leitura em questão: Foucambert pela leiturização social. **Interactividade.** Andradina (SP), v.1, n. 2, 2006.

FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. 157p.

Furtado Alexandre, Projecto de investigação sobre a história do ensino na Guiné/Alexandre Furtado, in: Soronda: Revista de Estudos guineenses, n 01.- (jan/1986) p

GUTERRES, António. A educação na República Democrática da Guiné-Bissau: análise sectorial / António Guterres. - Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. - 165 p.

L. ÇA OCUNI. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973), In: Rev. Online bibl. Prof. José Martins, v.2, n.1, 2000, 19 p.

MOTA, A. Teixeira da. A descoberta da Guiné / A. Teixeira da Mota., in: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 1 (1946). – p.15

MOTA, A. Teixeira da. O Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa / A. Teixeira da Mota., in: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, n ° 32 (1946) . – p..309-64

UNFPA. Relatório sobre Situação da População Mundial, 2009._ 109 p.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 ; Ultrapassar barreiras : Mobilidade e desenvolvimento humano, 2009. - 217 p.

SENE Henri. Les Bibliothèques en Afrique Occidentale Française: 1800-1959 : in : Libri, vol 42, nº 4 p. 306-329